

EDITORIAL

Avanço neoconservador e neoliberal nas políticas educacionais: efeitos do golpe de Estado no Brasil

NEO-CONSERVATIVE AND NEO-LIBERAL ADVANCES IN EDUCATIONAL POLICIES: EFFECTS OF THE COUP IN BRAZIL

AVANCES NEOCONSERVADORES Y NEOLIBERAL EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS: EFECTOS DEL GOLPE DE ESTADO EN BRASIL



Ivo Dickmann

educador.ivo@unochapeco.edu.br

Cláudia Battestin

battestin@unochapeco.edu.br

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: DICKMANN, I.; BATTESTIN, C. Editorial: avanço neoconservador e neoliberal nas políticas educacionais: efeitos do golpe de Estado no Brasil. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 42, p. 4-7, set./dez.



A edição da Revista Pedagógica traz neste volume 19, número 41, um Dossiê sobre **As consequências do “Golpe de Estado” para as práticas e políticas educacionais brasileiras**. A editoria da Revista Pedagógica tem se manifestando, em suas últimas edições, contra o que vem sendo chamado de Golpe de Estado (midiático-parlamentar-jurídico) – o qual culminou com o *impeachment* da presidente na época, Dilma Rousseff –, dedicando páginas e mais páginas em seus editoriais para divulgar como está se instaurando esse processo de “assalto à democracia”.

Nesse sentido, nosso periódico científico vem denunciando o ódio à democracia, cujos efeitos bombásticos podem ser traduzidos no ódio à cidadania, ódio aos trabalhadores, ódio às minorias, como resultado de nossa função político-pedagógica no campo acadêmico. O golpe, portanto, trouxe uma plêiade de barbáries e violências, que se materializaram com o que já evidenciamos em outros editoriais – a cultura do ódio que,

por sua vez, caracteriza-se pela intolerância e “ódio à democracia”, culminando no ódio de classe social, gênero, raça/etnia, geração e outros, cujo início se deu em junho de 2013 e se ampliou em 2016. Todo esse processo imposto pela antipolítica e pela necropolítica vem acompanhado de “fascismo”, reproduzindo, cotidianamente, repressões, ilegalidades e provocando, assim, as “águas turvas” das tramas e das inseguranças sociais, políticas e jurídicas.

O golpe de Estado constituiu um Estado de Exceção, e tem se revelado em todo esse processo, iniciado nas chamadas “Manifestações de junho”, tendo seu apogeu em 2016 e se estendendo até os dias atuais, como um processo de suma gravidade, que vem sendo analisado por cientistas políticos e educadores – do Brasil e fora do país. Esse processo tem repercussões para a vida social e política e, particularmente, para a Educação e as políticas sociais. São tempos difíceis, engendrados por todo esse processo destrutivo da constituição da cidadania pelo



governo ultraneoliberal, que não se verifica apenas em uma esfera da vida social, mas em todas as possíveis dimensões da destruição do Estado brasileiro (política, econômica, cultural, ética e estética).

A violência na vida cotidiana dos brasileiros pode ser percebida por meio da miríade de ameaças, destruições concretas dos direitos dos trabalhadores (flexibilização das leis trabalhistas, das regras de trabalho escravo, da reforma da previdência, da diminuição do salário mínimo, entre outras), as quais prescindem uma enorme demonstração de resistência dos movimentos sociais e sindicais, que já se vislumbra nas ruas e nas redes sociais – disputa essa que vai culminar nas eleições presidenciais no próximo ano.

Em face ao exposto, a Revista Pedagógica lança este dossiê com o intuito de contribuir para um debate efetivo sobre o golpe e suas consequências para a Educação brasileira, por intermédio dos seguintes artigos:

O primeiro deles, **Política educativa y neoliberalismo: el rol del Estado, la lógica mercantil y la construcción de subjetividades durante el macrismo en la Argentina**, de autoria de Natalia Stoppami, Alan Baichman e Jorge Alejandro Santos, da Universidade de Buenos Aires (UBA), faz uma análise crítica das políticas públicas em educação durante o macrismo na Argentina nos últimos dois anos e na Cidade de Buenos Aires desde o ano de 2007. Buscando um contraponto com as políticas do Kirchnerismo e, por sua vez, reconstruindo linhagem com os governos históricos neoliberais.

O segundo artigo, **O retrocesso conservador do projeto “escola sem partido”: uma análise ancorada no pensamento de Antonio Gramsci**, escrito por Simone de Fátima Flach, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), objetiva discutir, a partir do pensamento de Antônio Gramsci, o Projeto de Lei nº 193/2016, denominado de “Escola sem Partido”, em tramitação no Senado Federal (PLS), e as possíveis implicações de sua aprovação para a educação brasileira. Para tanto, apresenta-se a origem e os pressupostos que orientam o Projeto de lei em confronto com alguns escritos do pensador Sardo, concluindo que não existe neutralidade na proposta, visto que ela está comprometida com os interesses econômicos, políticos e religiosos que se fazem presentes no pensamento hegemônico que fundamenta a atual forma de sociabilidade.

O terceiro artigo intitulado, **Discurso falacioso do movimento escola sem partido**, escrito por Alexandre Fernando da Silva, José Heleno Ferreira e Carlos Alexandre Vieira Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), remete-nos a pensar sobre como a democracia brasileira adentrou o século XXI fortalecida pela eleição de um governo de origem operária, período este de conquistas

de direitos estabelecidos na Constituição de 1988. Embora este referido governo tenha sido reconduzido, em 2014, por processo eleitoral democrático e legítimo, desde então, ataques engendrados pela direita conservadora e por lideranças políticas culminaram na deposição da presidente Dilma Rousseff por meio de um golpe parlamentar. Tal discussão perpassa a partir do contexto social de rompimento da ordem democrática e da ascensão de forças reacionárias, representantes de interesses neoliberais.

A temática do quarto artigo, **A reforma do estado e o avanço neoconservador: impactos no caráter público da educação**, é a centralidade da escrita dos autores Leonardo Dorneles Gonçalves e Vinícius Ramos Puccinelli, da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), que busca apresentar as mudanças na educação sob a égide da reforma do Estado e o avanço neoconservador sobre os direitos sociais, explicitando as contradições que se movem no interior dessas mudanças a fim de analisar as consequências à classe trabalhadora brasileira. Com base nesta abordagem, é possível afirmar que se configura no cenário político brasileiro pós-golpe uma reforma do Estado que pretende estreitar a progressão dos direitos sociais e garantir o caráter subordinativo da economia e da educação nacional aos interesses do capital. Por isso, a educação de Nível Médio, seja do campo ou da cidade, tem importância central para os reformadores.

O quinto artigo do dossiê, **Crises capitalistas e conjuntura de contrarreformas: qual o lugar do ensino médio?**, de autoria de Bruno Gawryszewski, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), discute a reforma do Ensino Médio na atual conjuntura histórica de execução de contrarreformas como mecanismo de adiamento ou reversão das crises capitalistas. Um dos componentes para essa recomposição capitalista ser bem-sucedida é a formação da força de trabalho de Nível Médio. A conclusão é que os sentidos para o Ensino Médio, defendidos pelas frações burguesas e seus intelectuais orgânicos, apontam para a formação de um trabalhador flexível, com base em competências e dotado de subjetividade conformada à intensificação da precarização do trabalho e do desemprego estrutural.

O autor Maurício Silva, da Universidade Nove de Julho (Uninove-SP), discorre no sexto artigo sobre: **Ações afirmativas no Brasil: considerações acerca das cotas raciais na universidade**, destacando que, no atual contexto brasileiro, no âmbito de políticas públicas universalistas, direcionado para sanar distorções historicamente construídas em relação à população brasileira afrodescendente, por meio de medidas compensatórias, chamadas cotas raciais, discutidas neste artigo a partir de seu relacionamento com o ensino universitário público e da ideologia da meritocracia.

Nos artigos de demanda contínua, o sétimo artigo, **Como nos tornamos professores de geografia:**

discurso ordenado, prática neoliberal, é tema do autor Bruno Nunes Batista, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), no qual discute a organização discursiva do ensino de Geografia na contemporaneidade. Para tanto, realiza a descrição de textos pedagógicos desse componente curricular da primeira metade do século XX no Brasil, através do método arqueológico de Michel Foucault.

O oitavo artigo, **Bandeiras, hinos e cantos: as armas cívicas dos pelotões de saúde em Santa Catarina (1941-1953)**, escrito por Michele Metelski e Celso João Carminati, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), apresenta os resultados de uma pesquisa histórica que se fundamentou nas relações estabelecidas entre as propostas de nacionalização do ensino e das ideias da Escola Nova, por meio de símbolos educativos que viviam à reestruturação e regeneração da pátria. Com essa perspectiva, a partir de 1940, o Estado de Santa Catarina implantou as associações auxiliares da escola, e, entre elas, os pelotões de saúde.

O nono espaço de publicação foi destinado para a entrevista realizada por Áurea Eleotério Soares Barroso com a grande educadora Nita Freire (viúva de Paulo Freire), cujo relato nos presenteou com **histórias compartilhadas com o maior educador brasileiro e que nos ajudam a compreender o momento atual**.

Por fim, no décimo registro da edição, temos uma resenha intitulada **Pensar a escola pública em tempos de micro resistências**, do livro “**Em defesa da escola: uma questão pública**”, de Jan Masschelein e Maarten Simons.

Com esta diversidade de autores, universidades e contextos, fica o convite à leitura, ao contraponto e à interlocução.

Ivo Dickmann

Cláudia Battestin

Editores desta edição

Maria de Lourdes Bernartt

Élcio Cecchetti

Editores adjuntos